



## INÍCIO / OPINIÃO

# Os cidadãos e as instituições mereciam mais respeito



**Maria da Graça Carvalho**

19 Abril 2023 — 00:32

## TÓPICOS

- Maria da Graça Carvalho
- Opinião

**A** questão do acerto do valor das pensões de reforma com oito meses de atraso, longe de ser uma situação excepcional, é sintomática de um *modus operandi* que tem caracterizado o governo desde há largos meses. Perante as evidências, reage-se tarde e/ou de forma insuficiente, para depois se vir anunciar como uma grande medida política aquilo que se deveria ter feito logo no início.

Nesta terça-feira, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), António Sousa Pereira, disse a um jornal que as universidades irão exigir ao governo 60 milhões de euros adicionais, para fazer face a uma situação que ameaça deixar várias instituições sem condições para assegurarem o pagamento de salários até ao final do ano.

Em causa estão, nas suas palavras, a "fantasiosa" projeção de menos de 3% de aumento da inflação, durante a preparação do atual Orçamento do Estado (o ano de 2022 fechou com um aumento de 7,8%), o insuficiente reforço de verbas em 25 milhões de euros anunciado no final do ano, muito aquém do aumento de custos, nomeadamente com a energia, mas também o facto de não ter sido atribuído qualquer valor adicional para acomodar o anunciado aumento geral dos funcionários públicos, com retroativos a janeiro.

Ou seja: não se trata apenas de fazer cálculos completamente irrealistas sobre a taxa da inflação, o que já seria suficientemente grave. Por vezes, o governo não parece

acautelar sequer as implicações das suas próprias decisões políticas.

---

PUBLICIDADE ■ CONTINUE A LEITURA A SEGUIR

---

Os oito meses de demora para compensar devidamente as perdas de poder de compra dos pensionistas foram graves, por estar em causa uma das franjas mais sensíveis da população e porque as justificações anteriormente utilizadas, da necessidade de assegurar a sustentabilidade futura da Segurança Social, parecem magicamente ter deixado de ser motivo de preocupação. E a demora em compensar o impacto real da inflação sobre as instituições do ensino superior é grave, porque demonstra desrespeito por um setor que vem há vários anos contribuindo para dotar o país da geração mais qualificada de sempre.

Quem acompanha os meus artigos sabe que defendo a necessidade de uma reforma de toda a arquitetura legal em torno das instituições do ensino superior, que lhes permita melhorar a oferta educativa, adaptando-a aos desafios do mundo atual, captar novos públicos e tornar mais atrativas as condições de carreira de professores e investigadores. Quem leu os diferentes documentos produzidos pelo PSD sobre esta matéria, nomeadamente as recomendações do Conselho Estratégico Nacional e o programa de governo do partido, sabe que defendemos uma aposta no financiamento competitivo das instituições, valorizando a excelência e a capacidade de inovação.

Mas o governo PS, tal como também foi referido pelo presidente do CRUP, continua, quase dez anos após a saída da troika do nosso país, a não cumprir sequer a fórmula de financiamento público do setor no que respeita às instituições que mais crescem em número de alunos e mais evoluem na dimensão e nível de qualificações dos seus quadros docentes.

---

Houve quem considerasse a miríade de medidas anunciadas pelo governo nos últimos dias, desde o aumento das pensões à subida intercalar dos salários da função pública, passando pela promessa de progressiva redução do IRS até 2027, como uma espécie de arranque oficioso da campanha eleitoral para as próximas legislativas. A mim pareceu-me o que efetivamente foi: um ensaio tardio de resposta a problemas que há muito saltavam à vista de todos. Fazer pouco e a más horas não é grande cartão de visita para uma campanha eleitoral.

A questão que fica é: que confiança podem ter as pessoas e as instituições num governo de maioria absoluta, ao qual circunstâncias externas à sua ação proporcionaram excedentes orçamentais e receitas fiscais recordistas, que se revela incapaz sequer de fazer a gestão corrente do país, quanto mais de assegurar os investimentos e as reformas necessárias para garantir verdadeiro crescimento no futuro?

*Eurodeputada do PSD*

**PARTILHAR**

---

**COMENTÁRIOS**